TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembleia Legislativa de Pernambuco - Ano X – nº 91 – Maio de 2010



FOTO: JOÃO BITA

CPAL quer restaurar o Pacto Federativo

O Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas (CPAL), realizado pela primeira vez em Pernambuco, no mês passado, teve seu ápice na apresentação da Carta do Recife. *Nela, três decisões. A primeira no sentido de "consolidar a efetivação de Proposta de Emenda Constitucional, alterando os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal". O intuito é conciliar a autonomia da União com os Estados, com a restauração do Pacto Federativo Nacional. Para os gestores das Casas Legislativas Estaduais, "a agilização da prestação dos serviços públicos essenciais, quer nas áreas executivas ou jurisdicionais, passa primeiramente pela normatização de leis mais adequadas às peculiaridades regionais".*

Páginas 4 e 5

Série mostra luta de Joaquim Nabuco pelo fim da escravidão

Páginas 3 e 6

Música latina é destaque do Projeto Segunda Cultural

Página 8

CARTA AO LEITOR

Há muito que os parlamentares estaduais vêm questionando qual o real papel desempenhado pelas Assembleias Legislativas dentro do chamado Pacto Federativo Nacional.

No final do mês passado, o tema veio à tona novamente. Reunidos no Recife, no IX Encontro do Colegiado dos Presidentes de Assembleias Legislativas, os deputados ratificaram, mais uma vez, a necessidade de se conciliar a autonomia da União com os Estados, restaurando o equilíbrio apregoado pelo pacto.

Por meio da *Carta do Recife*, documento oficial do encontro, os deputados questionam, entre outros pontos, o porquê de as Casas Legislativas Estaduais não poderem legislar sobre importantes temas para a realidade de cada Estado da Federação, como em matérias tributárias, por exemplo.

Esse encontro é a principal reportagem desta edição do Tribuna Parlamentar, com texto completo nas páginas 4 e 5. Outro destaque é a terceira matéria da série sobre os 100 anos de morte de Joaquim Nabuco. Nela, mostra-se a luta do político pernambucano pelo fim da escravidão no Brasil e revela-se a grande influência de Nabuco para o fim dessa vergonha nacional.

Nesta página, os leitores vão descobrir um importante trabalho que vem sendo feito por servidores da Alepe. Trata-se da atualização da legislação estadual desde 2007, que será disponibilizada, a partir do próximo ano, no portal da Casa Joaquim Nabuco na Internet. Por fim, pode-se conferir mais uma edição do Projeto Segunda Cultural, que contagiou o público presente ao Teatro do Parque. Boa leitura a todos!

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente**, Deputado Antônio Moraes; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Sebastião Rufino; **3º Secretário**, Deputado Aglailson Júnior; **4º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira. **Assistente de Comunicação Social:** Cláudia Lucena. **Chefe do Departamento de Imprensa**: Marconi Glauco. **Editor:** Marconi Glauco. **Revisão:** Cláudia Lucena e Marconi Glauco. **Redatores:** Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Talita Arruda e Yanna Araújo. **Estagiária:** Jullimária E. Dutra. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques. **Tratamento de Imagem:** Ricardo Verçosa. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3183-2107. PABX 3183.2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dcomunic@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

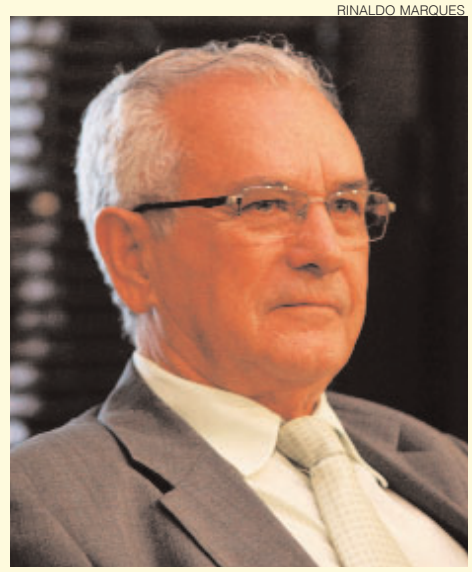
A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO DO JOVEM BRASILEIRO

Maviael Cavalcanti *

Muito se tem discutido, no Brasil, a questão da educação. Estudos, pesquisas, recursos humanos, qualidade do ensino público, prioridades, condições salariais, escolas técnicas e tantas outras variáveis. Educação de qualidade, como todos sabem, é o alicerce para o desenvolvimento. É a base para a melhoria da qualidade de vida e a construção de uma sociedade equilibrada. Pesquisas recentes mostram que a população considera como seus principais problemas, pela ordem, violência, segurança, saúde e desemprego. Pois bem, a solução dessas graves questões que afetam o povo de Pernambuco e do Brasil passa pelo equacionamento da educação.

Povo educado e preparado caminha para o trabalho e para a produção, saindo da violência. A educação com qualidade contribui para minimizar os problemas da saúde pública e, ao mesmo tempo, viabilizar o emprego de qualidade, aquilo a que todo jovem aspira e precisa. Mas não é isso que vem acontecendo no Brasil dos últimos tempos, até porque o afrouxamento da gestão pública e as dificuldades relacionadas a isso, fruto do trabalho de desmonte da administração que o PT vem fazendo no Brasil, contribuem para agravar o

RINALDO MARQUES



desempenho da máquina pública, hoje a serviço do empreguismo e da cooptação do voto, com grandes prejuízos para a educação e os demais setores.

Gasta-se muito em custeio, em detrimento de pouca coisa em termos de qualidade administrativa e de investimento. Segundo o Ipea, respeitado órgão técnico do Governo Federal, conforme estudo recentemente publicado - *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*, conclui-se a existência de altas taxas de evasão escolar; índices alarmantes de mortes precoces de jovens e tantos outros fracassos, sobretudo na faixa etária de 15 a 29 anos. Apenas 48% dos jovens entre 15 e 17 anos, em 2007, cursavam o Ensino Médio; e somente 30% tinham o Ensino Médio completo. O estudo mostrou que os jovens na faixa de 18 a 24 anos estavam fora da escola. No estrato de 25 a 29 anos, só 9,45% tinham curso superior completo, abaixo da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação.

Isso coloca o Brasil em posição desfavorável. Conclusão relevante da pesquisa é que é necessário se intensificar ações de governo visando à redução das disparidades regionais, inclusive no Nordeste. É preciso que sejam ampliados os investimentos no setor, beneficiando o jovem. O Governo investe em educação mais de 40% do PIB, gasto expressivo que não vem dando retorno adequado, levando-nos a concluir que o Brasil é um dos países que menos investe no Ensino Fundamental e um dos que mais gasta no Ensino Superior.

A gestão pública na educação tem sido marcada pela quantidade, sem, no entanto, cobrar a qualidade. Tudo isso é consequência da ineficácia da ação do poder público, que arrecada muito do contribuinte e gasta mal, comprometendo resultados e sacrificando a sociedade.

*** Deputado pelo DEM**

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

MODERNIZAÇÃO

LEGISLAÇÃO ATUALIZADA VAI PARA O *SITE*

A Alepe disponibilizará mais um serviço aos internautas. A partir de janeiro de 2011, a legislação estadual atualizada - de 2007 a 2010 - poderá ser consultada por qualquer cidadão. O trabalho de atualização vem sendo feito, desde o ano passado, por um grupo de 12 servidores do Poder Legislativo.

De acordo com a coordenadora da iniciativa e procuradora da Alepe Juliene Viana, qualquer pessoa poderá acessar o portal (*www.alepe.pe.gov.br*) e, por meio do link Alepe Legis, obter as informações sobre a legislação desejada. O Alepe Legis foi criado pelo grupo de trabalho e desenvolvido pela Superintendência de Modernização Tecnológica da Casa (Sumit), com o objetivo de fornecer informações atualizadas de matérias legislativas.

"O sistema funcionará como um banco de dados. A finalidade é informar com segurança o usuário sobre o que está em vigor e o que foi revogado. A ferramenta eletrônica disponibilizará as leis ordinárias a partir de 2007 e todas as complementares", destacou Juliene.

MOISÉS BARBOSA



Grupo de servidores vem acompanhando as leis estaduais diariamente

O trabalho de atualização dos textos da Constituição Estadual Anotada, lançado em outubro do ano passado (por ocasião dos 20 anos da Carta Magna do Estado); e da Lei Complementar nº 28, que trata do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado, publicada em abril deste ano, também foi feito pelo grupo de servidores.

A iniciativa é parte de um projeto da Mesa Diretora da Alepe e conta com o apoio dos parlamentares. A criação de um departamento permanente, com funcionários especializados para acompanhar, diariamente, as leis produzidas pelos deputados e mantê-las atualizadas foi proposta pelo grupo e está sendo analisada pela Mesa.

SÉRIE 100 ANOS SEM NABUCO

Um homem da elite que lutou contra a sociedade escravocrata

Larissa Rodrigues

IMAGEM: ACERVO FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO



Esse era Joaquim Nabuco. Ao posicionar-se contra a escravidão, ele contrariava suas raízes. Enfrentava a alta sociedade da época, da qual fazia parte, pois era afilhado de senhores de engenho. A nata social era majoritariamente formada por grandes escravocratas. Essas pessoas não acreditavam no desenvolvimento do Brasil sem a exploração dos negros. Mas Nabuco acreditava. E ia além: só conseguia ver o crescimento do País com a distribuição de terras para os negros. Reforma agrária e abolicionismo caminhavam lado a lado em sua mente. Para ele, o próximo passo, após o fim da escravidão, deveria ser a doação de terras para os ex-escravos, como forma de garantir-lhes a sobrevivência e dissolver a nódoa causada por mais de três séculos de exploração. Na terceira reportagem da série 100 Anos Sem Nabuco, que marca o centenário de morte do abolicionista, o Tribuna Parlamentar vai mostrar a luta que Joaquim Nabuco comandou pelo fim da escravidão no Brasil.

Sem dúvida, o combate à escravidão do povo negro foi o traço mais marcante da vida de Joaquim Nabuco. Ser contra o sistema escravocrata, que ele considerava um dos maiores crimes da humanidade, tornou o menino criado no Engenho Massangana, no Cabo de Santo Agostinho, no homem conhecido como um dos maiores abolicionistas do mundo. Ao tomar conhecimento do quanto a escravidão era cruel, acabar com ela passou a ser uma de suas prioridades.

Com apenas 8 anos de idade, ele conheceu a desumana realidade dos escravos, por meio de um jovem negro fugido de terras vizinhas do engenho. O rapaz implorou para ser comprado, porque não aguentava mais os maus-tratos dos seus donos. Ali, Nabuco despertou para o tamanho da tarefa que seria acabar com a escravidão. Mas não se intimidou, apesar de saber o quanto difícil seria a luta.

Escreveu livros, discursou, reuniu-se com autoridades, enfim, fez da política e da literatura seus estandartes contra o sistema. Também usou a influência do sobrenome, a credibilidade e a tradição de sua família em favor da causa. A professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora Angela Alonso, que escreveu a biografia de Nabuco publicada pela Companhia das Letras, em 2007, diz que ele se tornou um líder abolicionista por uma conjunção de fatores. Mas três deles foram os mais importantes.

"Primeiro, sua capacidade de agir como um elo entre a política aristocrática do Parlamento, na qual ele foi criado, e a política democrática, que se fazia na sociedade civil. Segundo, sua habilidade de angariar apoio externo para a causa abolicionista. Terceiro, seu carisma e eloquência, que fizeram dele um verdadeiro ídolo popular nos anos 1880, aclamado nas ruas e transformado em rótulo de cerveja, de cigarro, entre outros", revelou.

Angela Alonso explicou que Nabuco teve "várias vidas". Na juventude, seu interesse maior foi a literatura. Na maturidade, o monarquismo. Dessa forma, o abolicionismo foi uma dentre suas causas, ocupando, mais ou menos, uma década de sua movimentada carreira, de 1879 a 1888. Contudo, disse a pesquisadora, "tanto pela atuação durante a campanha abolicionista, quanto pelo sucesso posterior de seu livro *O Abolicionismo*, pode-se dizer que essa foi a temática à qual sua imagem ficou mais associada".

Momento mais expressivo — Segundo Angela Alonso, o auge da carreira abolicionista de Nabuco se deu em meados dos anos 1880. Na ocasião, ele defendeu um programa de mudanças radical, que incluía a reforma agrária. Fez uma campanha eleitoral inédita, com grandes comícios, atraindo mulheres, ex-escravos, profissionais liberais e trabalhadores urbanos, em geral excluídos do processo eleitoral. Foi também quando escreveu *O Abolicionismo*.

Antes disso, em 1869, ainda estudante de Direito, defendeu no tribunal um escravo que havia assassinado o subdelegado de Olinda por ele ter mandado açoitar o negro. Nabuco aproveitou o episódio para mais uma vez proclamar a libertação dos escravos, sob o argumento de que crime maior era o da sociedade, por manter a escravidão.

Para Joaquim Nabuco, não bastava só libertar. Era preciso garantir a sobrevivência

A obra *O Abolicionismo*, que foi publicada em 1883, teve antes uma espécie de ensaio, o livro *A Escravidão*. O texto só foi revelado muitos anos depois da morte de Nabuco, no ano de 1988. Esse trabalho continha as ideias que seriam desenvolvidas posteriormente.

Os aliados da causa — A professora Angela Alonso, que atualmente se encontra nos Estados Unidos, pesquisando as origens do abolicionismo, afirmou que o movimento como um todo foi muito mais amplo do que se imagina, contando com a participação, inclusive, de mulheres e de ex-escravos.

De acordo com a pesquisadora, Nabuco foi reconhecido por muitos líderes abolicionistas como "chefe", como diziam, e ele de fato foi o grande líder parlamentar da abolição. "Contudo, noutras arenas, outras lideranças se configuraram, como José do Patrocínio, líder das mobilizações de rua. Joaquim Nabuco reconheceu isso em cartas publicadas no livro *Minha Formação*, publicado em 1900", salientou.

Segundo Angela, o grande parceiro de Nabuco em âmbito nacional foi André Rebouças, um dos criadores da Confederação Abolicionista. Em Pernambuco, Nabuco contou com o apoio de José Mariano, sobretudo nas eleições disputadas no Estado.

O político também buscou o apoio da Igreja Católica. Em fevereiro de 1888, teve audiência particular com o Papa Leão XIII. O encontro, possivelmente, influenciou o líder religioso a elaborar uma encíclica contra a escravidão. Angela Alonso destaca, porém, que é impossível afirmar com certeza se o abolicionista, de fato, influenciou o papa. "Mas é bem provável. Tanto que o Governo Brasileiro conseguiu retardar a encíclica, e ela só chegou ao País depois que a abolição já estava consumada", lembrou.

Continua na pág. 6

ENCONTRO NACIONAL

TRIBUNAIS DE CONTAS NA DO COLEGIADO DE PRESID

Parlamentares reuniram-se, no Recife, para analisar temas relativos aos Le

A anfitriã do IX Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas (CPAL), a Casa Joaquim Nabuco recebeu, no dia 29 de abril, delegações de 13 Estados. Pernambuco sediou o evento pela primeira vez. O tema central do debate foi *A Importância dos Tribunais de Contas para a Consolidação e Fortalecimento da Democracia*. A questão teve como palestrante o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar.

Na abertura da solenidade, o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), disse que a importância do encontro se deu pela oportunidade de reavaliar a construção de um novo Pacto Federativo no País. "É por meio da descentralização do poder que a população dos Estados e municípios tem anseios atendidos de forma mais efetiva pelos entes públicos e por seus representantes nas Casas Legislativas", destacou. Uchoa ressaltou, ainda, que o tema do encontro foi escolhido por unanimidade. "É imprescindível que discutamos o papel dos Tribunais de Contas - instituições essenciais no auxílio aos trabalhos legislativos e na fiscalização das políticas públicas", acrescentou.

O presidente do CPAL – eleito para o biênio 2010/2011 - e chefe do Poder Legislativo do Ceará, deputado Domingos Filho (PMDB), ressaltou que os Executivos Federal, estadual e municipal recebem apenas uma parcela - embora majoritária - dos votos da sociedade, mas os Legislativos ganham a totalidade desses votos, abrangendo a vontade das minorias. "Essa pluralidade confere aos Parlamentos maior legitimidade para representar o povo", concluiu.

Domingos Filho questionou, entre outros pontos, a impossibilidade de as Assembleias legislarem sobre matérias de transportes, meio ambiente, emancipação de distritos e tributárias. "Por desconhecer a realidade de todos os lugares, o Congresso Nacional termina não legislando sobre os reais interesses da população, portanto, essas questões específicas têm que ser de atribuição estadual", pontuou.

Também no evento, o ministro Walton Alencar proferiu palestra sobre a relevância das Cortes de Contas na administração do País, não só atuando na fiscalização, mas orientando os gestores acerca da eficácia dos gastos públicos. Quatro tópicos fizeram parte da explanação: o controle externo exercido sobre a administração pública; a avaliação da gestão, sob a ótica da prestação de contas; o caráter fiscalizador de auditorias promovidas pelos Tribunais de Contas; e, por último, a relação com a sociedade civil, por meio da qual os Tribunais recebem denúncias e novas demandas.

A mediação do debate foi feita pelo também ministro do TCU José Múcio Monteiro Filho. Para ele, alguns políticos enxergam o papel dos Tribunais de Contas de forma negativa. Porém, segundo afirmou, a missão das Cortes de Contas não é a de cercear a liberdade de administração dos gestores, mas a de prezar pelo Estado Democrático de Direito. "Principalmente no momento atual, no qual visualizamos um verdadeiro canteiro de obras de Norte a Sul do País, temos cumprido nossa função", observou.

Carta do Recife

O IX Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas culminou com a apresentação da Carta do Recife. No encerramento da edição, foram apresentadas três decisões. A primeira no sentido de "consolidar a efetivação de Proposta de Emenda Constitucional, alterando os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal". No documento, a justificativa apresentada "é o intuito de conciliar a autonomia da União com os Estados, com significativa restauração do Pacto Federativo Nacional". Para os gestores das Casas Legislativas, "a agilização da prestação dos serviços públicos essenciais, quer nas áreas executivas ou jurisdicionais, passa, primeiramente, pela normatização de leis mais adequadas às peculiaridades regionais".



Presidentes de 12 Assembleias Legislativas aprovaram a Carta do Recife, apontando a ne

O segundo ponto da Carta versa sobre a consolidação de maior utilização da mídia, especialmente por meio de emissoras de rádio e canais de televisão próprios. "O aprimoramento das vias de comunicação entre a sociedade e os Poderes Legislativos torna-se essencial, não só para ofertar maior transparência das ações, como também, e principalmente, para colher com maior presteza as carências e os anseios da população que outorgou sua representação política".

A terceira proposta é a de solidificar o CPAL como espaço suprapartidário para o aprimoramento do Pacto Federativo, em conformidade com os princípios democráticos e republicanos.

O presidente Guilherme Uchoa destacou a importância da troca de experiências administrativas e de desempenho parlamentar e avaliou o encontro positivamente. "Nos sentimos em unidade, com decisões coletivas, trocando ideias, traçando rumos, ouvindo sugestões e identificando dificuldades", pontuou. De acordo com o pedetista, a próxima reunião do Colegiado de Presidentes acontecerá no final deste mês, em Mato Grosso do Sul, e será a última antes das eleições de outubro.

Sobre o CPAL

Criado oficialmente, em 2008, com o

A PAUTA DOS PRESIDENTES

dos Legislativos Estaduais

JOÃO BITA



ecessidade da restauração do Pacto Federativo

objetivo principal de ampliar as prerrogativas das Casas Legislativas, o Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas funciona como fórum privilegiado para tratar de assuntos do Poder e promover discussões sobre temas de interesse nacional e regional. A direção da entidade, neste biênio 2010/2011, conta com a presidência do deputado Domingos Filho; na primeira vice-presidência, o deputado Barros Munhoz (PSDB-SP); na segunda vice-presidência, o deputado Gelson Merísio (DEM-SC); Como secretário-geral, o deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA); e, como tesoureiro, o deputado Helder Valin (PSDB-GO).

FOTOS: JOÃO BITA



Mesa de abertura: presidentes Clóvis Ferraz (Unale); José Fernandes (TJPE); Guilherme Uchoa (Alepe); Domingos Filho (CPAL); e Alberto Coelho (Alemg); ministros Walton Alencar e José Múcio (TCU); e conselheiro Romário Dias (TCE-PE)



"É imprescindível que discutamos o papel dos Tribunais de Contas", ressaltou Guilherme Uchoa



Encontro reuniu presidentes de Assembleias de vários Estados e ministros do Tribunal de Contas da União



Presidente do CPAL (C) saúda palestrante e mediador, ministros Walton Alencar e José Múcio



Deputado Domingos Filho preside o Legislativo do Ceará e o Colegiado dos Presidentes

SÉRIE 100 ANOS SEM NABUCO

Nabuco e a escravidão — uma cronologia —

1849 – Nasceu Joaquim Nabuco, no dia 19 de agosto, no Recife, filho do futuro senador José Tomás Nabuco de Araújo e Ana Benigna de Sá Barreto. Em 8 de dezembro, é batizado no Cabo, tendo como padrinhos os senhores do Engenho Massangana, onde passou a infância. Ali, teve contato direto com a escravidão, podendo compreender a crueldade do sistema e o mal que fazia ao País;

1850 - É aprovada a lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico de negros para o Brasil;

1860 - O Instituto dos Advogados considera o trabalho escravo como ilegítimo pelo direito natural. A idéia de escravidão passa a ser vista como incompatível com o desenvolvimento industrial;

1866 - D. Pedro 2º assina várias cartas de alforria (documentos que davam liberdade aos escravos);

1869 – Nabuco escreveu A escravidão, livro que permaneceu inédito até 1988. Escandaliza a elite local, por defender, em um júri, um escravo negro que assassinara o seu senhor;

1871 - É aprovada a Lei do Ventre Livre. A lei estabelece que os filhos das mulheres negras nascidos a partir da data de sua promulgação não seriam mais escravos, sendo libertados após os oito anos de vida, mediante indenização do governo aos proprietários;

1878 - Foi eleito, graças ao apoio do Barão de Vila Bela, deputado geral pela província de Pernambuco. Ele, ao lado de outros jovens deputados, iniciou então a campanha contra a escravidão;

1880 - Nabuco organizou e instalou em sua residência a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, desafiando a elite conservadora da época, que considerava o cativeiro indispensável ao desenvolvimento do Brasil. Assim, aprofundou as divergências com o seu partido, o Liberal, e inviabilizou a sua reeleição;

1884 - Realizou a campanha para a Câmara dos Deputados, defendendo ao lado de José Mariano, a causa do abolicionismo. Seus discursos e conferências foram reunidos no livro A Campanha Abolicionista, publicado em 1885. Apesar da vitória sobre o conservador Machado Portela, foi expurgado pela Câmara;

1885 - Na Câmara, defendeu o Gabinete Dantas e o projeto de libertação dos sexagenários, apesar de considerá-lo muito moderado. Em seguida, atacou as modificações feitas no projeto pelo novo presidente do Conselho, J. A. Saraiva, que seriam transformadas em lei pelo Gabinete Cotejipe, a 28 de setembro;

1885 A lei Saraiva-Cotejipe (dos Sexagenários) declara livres os escravos de mais de 65 anos, mediante indenização;

1886 - Nabuco foi derrotado em eleição para a Câmara dos deputados ao tentar eleger-se pelo Recife. Dedicou-se ao jornalismo escrevendo uma série de opúsculos, em que identificou a Monarquia com a escravidão e fez sérias críticas ao governo;

1887 - Nabuco derrotou Machado Portela em eleição memorável no Recife, quando este, ministro do Império, tentava confirmar o seu mandato, voltando à Câmara para concluir o seu apostolado em favor da abolição;

1888 – Em fevereiro, teve audiência particular com o papa Leão XIII e relatou a luta pelo abolicionismo no Brasil, tendo, possivelmente, influenciado o grande pontífice na elaboração de uma encíclica contra a escravidão;

1888 – Em março, o Gabinete João Alfredo assume o governo com o propósito deliberado de abolir a escravatura no Brasil. Nabuco, apesar de o Gabinete ser conservador, o apoiou e deu uma grande contribuição à aprovação da Lei Áurea;

1888 - A princesa Isabel sanciona a Lei Áurea, em 13 de maio, estabelecendo a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil;

1889 - Nabuco foi eleito deputado por Pernambuco, para a última legislatura do Império, sem ir ao Recife e sem solicitar o apoio do eleitorado. Começava a se desiludir dos processos políticos no País e temia pela queda da Monarquia, a quem era fiel, embora procurasse liberalizá-la e não poupasse críticas à instituição e ao próprio Imperador;

1889 - Proclamação da República (15 de novembro). Nabuco posiciona-se em favor da Monarquia, recusando-se inclusive, apesar de solicitado, a postular uma cadeira na Assembléia Constituinte de 1891.

FONTE: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO E FOLHA ONLINE

LEI ÁUREA FORMALIZA LUTA DOS ABOLICIONISTAS

Continuação da página 3

Há 122 anos, o Brasil extinguiu a escravidão do povo negro. No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel rendeu-se ao clamor popular e de seus líderes, como os abolicionistas Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças, e assinou a Lei Áurea. A princesa reconheceu que o País não podia mais conviver utilizando um dos maiores crimes da humanidade para produzir riquezas necessárias à vida social. A Lei Áurea representou a formalização do que disseminou Nabuco por quase uma década de sua vida.

Não foi exatamente como o pernambucano queria, já que a lei não cuidou de organizar o trabalho livre, executar a reforma agrária, abrir escolas para os negros e garantir a resolução de outras necessidades dos libertos. Mas foi o primeiro passo. A partir da Lei Áurea, um documento simples, com poucas palavras, proibia-se a prática da escravidão no Brasil.

O pleito atendido, lembra a pesquisadora Angela Alonso, Joaquim Nabuco herdou de seu pai, o senador Nabuco de Araújo, que tinha ideias emancipacionistas. "O fato de pertencer a uma família de prestígio no meio político permitiu o ingresso de Nabuco na carreira, o que era dificílimo para abolicionistas nascidos fora da aristocracia". O pernambucano foi o maior líder abolicionista no Parlamento Brasileiro, e seu engajamento político culminou na Lei Áurea. (**L.R.**)

RINALDO MARQUES



"O abolicionismo é antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade".

Joaquim Nabuco

PERFIL PARLAMENTAR

Trajetórias diferentes na bancada feminina

RINALDO MARQUES



Deputada é missionária da Igreja Universal do Reino de Deus

Dilma Lins em defesa dos mais necessitados

Trabalhar em favor dos direitos da mulher e levar assistência médica para o Sertão e zona rural do Estado, além de apresentar projetos de lei em benefício da comunidade carente pernambucana. Essas são algumas das metas da deputada Dilma Lins (DEM). Maranhense de Buriti, ela chegou ao Estado há cerca de 30 anos. Casada e mãe de dois filhos, a missionária da Igreja Universal do Reino de Deus "atendeu à convocação feita pela entidade" e foi candidata a vereadora de Jaboatão dos Guararapes, em 1992 e 1996, mas não conseguiu se eleger.

Porém, em 2002, iniciou a vida pública quando, na época, foi a deputada mais votada da história de Pernambuco, com 41.235 votos. Nas eleições de 2006, ficou como suplente, sendo reconduzida ao cargo em 2009. "Sempre trabalhei em benefício dos mais necessitados, principalmente em comunidades carentes. Vi que com influência política poderia ajudar ainda mais, então, com o apoio da igreja, decidi encarar o desafio de me tornar uma parlamentar", detalhou Dilma Lins.

Para a deputada, o momento mais marcante em toda a sua trajetória política foi quando, em 2002, em um dos últimos comícios, na Praia do Pina, diante de mais de 35 mil pessoas, ela "viu o povo vibrando e sentiu que Deus estava permitindo a vitória em sua vida".

A democrata disse ter se sentido honrada ao chegar à Alepe. "Muitos concorrem e poucos têm a oportunidade de conseguir. O povo confiou em mim, então, estou representando a comunidade, e eles sabem que a deputada Dilma Lins é uma voz em benefício deles", pontuou.

Ela quer ser lembrada como uma deputada que trabalhou pelo povo carente e uma pessoa que lutou por Pernambuco. "Abracei as causas dos mais humildes mesmo antes de ser parlamentar", frisou.

Na Alepe, Dilma Lins é segunda vice-líder da bancada do partido; vice-presidente da Comissão de Redação Final; e suplente das Comissões de Administração Pública; Meio Ambiente; Saúde e Assistência Social; e Defesa dos Direitos da Mulher.

DIVULGAÇÃO



Petista tem uma história de luta no movimento sindical de Pernambuco

Prioridade de Isabel Cristina é o Semiárido

Nascida na maior cidade do Sertão pernambucano - Petrolina, a engenheira agrônoma, professora e deputada estadual Isabel Cristina (PT) sempre se dedicou à educação e atuou na luta pela reforma agrária e no movimento sindical. Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintepe), contribuiu para a organização dos trabalhadores urbanos e do campo e para a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A "trajetória de luta e a coerência" renderam a Isabel Cristina, nas eleições de 2006, 26.693 votos. Inicialmente, ela assumiu o mandato em março de 2007, como suplente, e, em janeiro de 2008, tornou-se titular.

"Como parlamentar, minhas metas são defender o meio ambiente e a agricultura familiar. Entretanto, a grande prioridade é lutar pelo Semiárido pernambucano, onde estão os piores índices de desenvolvimento e desigualdade", explicou. Para a petista, "defender o atual governo e somar para fortalecer o partido" também estão entre suas metas. "É preciso ter um Governo que possa atuar em todo o Estado, contemplando aqueles que precisam do Poder Público", completou.

De acordo com Isabel Cristina, é necessário pautar uma trajetória para marcar o diferencial na política. "As pessoas desconfiam da política, por isso, precisamos mostrar à população uma política em que ela possa acreditar", pontuou.

Na Assembleia Legislativa, a deputada é primeira vice-líder da bancada do partido; vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; e titular da Comissões de Agricultura, Pecuária e Política Rural; Ciência, Tecnologia e Informática; e Ética Parlamentar. Isabel Cristina também é suplente das Comissões de Finanças, Orçamento e Tributação; Educação e Cultura; e Cidadania e Direitos Humanos.

MÚSICA



Grupo Los Cubanos aproveitou show para gravar novo DVD, com muitos boleros e salsas

PÚBLICO DÁ O TOM NA EDIÇÃO DE MAIO DO SEGUNDA CULTURAL

Teatro do Parque lotou para shows de Los Cubanos e Seu Rodolpho

Isabelle Costa Lima

FOTOS: RINALDO MARQUES



Trio *Seu Rodolpho* fez releituras de clássicos da Música Popular Brasileira



Marcos Passos mostrou poesia matuta

Casa cheia, olhares atentos, hora do espetáculo. De mero observador a personagem central, o público deu o tom na edição de maio do Projeto Segunda Cultural. A cadência das palmas e a cantoria dos pernambucanos embalaram, inclusive, os mais desatentos. Convidados a uma transição dos ritmos nordestinos, em roupagem popular, aos suingues dançantes de Cuba, os espectadores não titubearam. Acompanharam desde o chamado do *Seu Rodolpho*, primeira atração da noite, ao balanço do *Los Cubanos*, show principal. Até mesmo o recital do poeta sertanejo de São José do Egito Marcos Passos, cujos versos foram a ponte entre as apresentações, pareceu curto dada a interação popular.

Guitarrista da banda destaque deste mês, Gustavo Moscoso enalteceu a oportunidade dada ao grupo pelo Poder Legislativo Estadual para apresentar o trabalho de três anos. No palco, o *Los Cubanos* mostrou, em uma hora e meia, um repertório com 23 canções. Eles focaram o espetáculo nos ritmos latinos, como bolero e salsa, e aproveitaram a ocasião para gravar o segundo DVD. Além dos vídeos, os 12 integrantes do conjunto musical possuem três CDs gravados. "O projeto da Assembleia beneficia o público e, principalmente, os artistas, por abrir as portas do Teatro do Parque para a produção local", elogiou.

Para o vocalista do trio *Seu Rodolpho*, Mazo Melo, o Segunda Cultural é "uma iniciativa grandiosa para o cenário estadual". O músico destacou a relevância de propostas voltadas para os artistas da terra, "que não têm muito espaço para apresentar suas criações". "Essa é, de fato, uma medida de suma importância", salientou.

Durante o show, a banda, que, assim como a *Los Cubanos*, tem uma trajetória de três anos, apresentou releituras de clássicos da Música Popular Brasileira (MPB), especialmente do Nordeste – como canções de Lenine e Lula Queiroga. O grupo também mostrou composições próprias, resultado de parcerias com outros pernambucanos.

Como não só de música vive a produção artística do Estado, o Projeto da Alepe também deu vez à "poesia matuta" do Sertão do Pajeú. Na voz de Marcos Passos - autor de dois livros -, a métrica nordestina ganhou força. O poeta recitou versos próprios, como *A Saudade do Tempo de Menino*, e de nomes consagrados, entre eles, Jessier Quirino.

Atenta às apresentações, a agente de viagens Maria de Fátima Cavalcanti elogiou a realização. "Toda vez, venho de Boa Viagem, onde trabalho, para assistir aos shows. Esse projeto é muito bom e está mais do que aprovado pela população", atestou.

O Segunda Cultural é coordenado pela Mesa Diretora da Assembleia, por meio da Assistência de Comunicação Social. A iniciativa existe há sete anos e promove shows gratuitos, sempre nas primeiras segundas-feiras de cada mês. Para os espetáculos ofertados ao público, os artistas convidados não cobram cachês. O interesse da Casa Joaquim Nabuco com a proposta é manter mais um canal de aproximação com a sociedade.